

Novo Governo

Revoltada com a "ganância desvairada pelo lucro" da indústria e comércio nos últimos meses, a equipe do novo governo volta a discutir o "terror dos empresários".

No "bolo de noiva" já se admite congelamento

JOEL SANTOS

O congelamento de preços e salários voltou a ser discutido pelos economistas que coordenam a equipe de transição do presidente eleito Fernando Collor de Mello. Com base nos indicadores econômicos, que os técnicos que trabalham no "Bolo da Noiva" têm recebido do atual governo, alguns assessores de Collor concluíram que a escalada de preços, observada nos últimos 40 dias, pode ser encarada como uma "prática criminosa" do comércio e da indústria, que chegaram a reajustar os preços em até 600%.

Diante desse quadro, classificado por um dos economistas que freqüentam o "Bolo da Noiva" como um exemplo da "ganância desvairada pelo lucro que rege os setores encastelados na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)", um congelamento só seria eficiente se fosse retroativo a 31 de dezembro passado, utilizando o mesmo sistema adotado pelo ex-ministro da Fazenda, Dílson Funaro, ao anunciar o Plano Cruzado, em 1986.

Para esses técnicos, congelar os preços nos níveis atuais em nada adiantaria, pois os preços estão muito elevados e mantê-los nos patamares atuais não representaria uma queda real na taxa inflacionária. Fontes ligadas à equipe de Collor garantem que os setores da indústria e do comércio passaram a aumentar seus preços a partir da segunda quinzena de dezembro, quando assessores do presidente eleito admitiram que o



Arquivo/AE

Remarcações violentas podem ressuscitar o tabelamento

congelamento poderia ser uma das medidas adotadas pelo novo governo.

A hipótese, embora amplamente desmentida pela assessora econômica de Collor, Zélia Cardoso de Mello, não foi, segundo essas fontes suficientes para que os empresários parassem de reajustar, de modo exacerbado, os preços de seus produtos. "Esses aumentos foram tão absurdos que agora já começa a provocar desentendimento entre a indústria e comércio" — desabafa um dos membros integrantes da equipe do novo governo.

Como exemplo, o assessor citou um levantamento do próprio Ministério da Fazenda mostrando que a indústria do couro aumen-

tou os seus preços em 400%, no período compreendido entre 20 de dezembro e 2 de fevereiro. Consequentemente as indústrias que dependem dessa matéria-prima, como a de calçados, já começam a protestar, pois não têm condições de repassar totalmente esse custo adicional.

Embora não acreditem que o congelamento possa ser adotado logo após a posse de Collor, em 15 de março, os técnicos da equipe de transição consideram que o novo governo terá que tomar medidas duras para combater as "elites empresariais" que insistem em continuar alimentando a inflação mesmo sabendo o risco que isso acarretará, a curto prazo, para o País.